

## **Índice**

Nota prévia 9

### **A ORDEM DE “CONFISCO PATRIMONIAL” NO DIREITO PORTUGUÊS**

**(Arts. 7.º a 12.º da Lei n.º 5/2002, de 11 de janeiro)**

- 1. Enquadramento jurídico da medida sancionatória 13
  - 1.1. O “nome da coisa” 13
  - 1.2. A “perda sancionatória” como “expropriação-sanção” 17
  - 1.3. O enquadramento jurídico na perspetiva processual – sanção penal ou sanção civil 18
  - 1.4. Conclusões intercalares 23
  - 1.5. A designação “ordem de pagamento”, não “perda de bens” 25
  - 1.6. As finalidades da “ordem de confisco/perda de bens” – os fins político-criminais 27
- 2. A determinação do montante a pagar/lógica probatória 29
  - 2.1. Questão prévia: “Adversary system”/processo equitativo 30
  - 2.2. A ordem de pagamento e os seus pressupostos de aplicação 32
    - 2.2.1. Necessidade de condenação por um crime previsto no catálogo do art. 1.º 32
    - 2.2.2. Casos particulares 34
      - a) Financiamento do terrorismo 34
      - b) Branqueamento de capitais 35
      - c) Sob forma organizada 36
    - 2.2.3. Condenação prévia por crime de catálogo – a outra dimensão da garantia da presunção de inocência 38
  - 2.3. A presunção de ilicitude 40
    - 2.3.1. Considerações gerais 40
    - 2.3.2. As condições processuais para aplicação da ordem de pagamento 43
      - a) Ordem de pagamento e “justo processo” 43

b) “Funcionalidade” e eficácia da ordem de pagamento 44

3. A determinação do valor e a execução da ordem de pagamento 49

3.1. O valor declarado perdido a favor do Estado – o direito de crédito do Estado 49

3.2. A garantia do pagamento – o arresto 51

4. Perda de vantagens/produtos sem condenação prévia 59

4.1. A perda sem condenação – perspectivas de futuro 59

4.2. A necessidade de uma medida cautelar patrimonial/real 65

## **A QUEBRA DE SEGREDO**

**(Arts. 2.º a 5.º da Lei n.º 5/2002)**

1. Enquadramento jurídico 69

1.1. Introdução 69

1.2 Propósitos legislativos 70

1.3 A exata dimensão da quebra de segredo 71

1.4. A cooperação da entidade financeira – “medida oculta de investigação” 73

2. As alterações legislativas 77

2.1 Generalidades 77

2.2 A quebra de segredo – a “ordem” de prestação de informações 79

2.2.1. Aspetos gerais 79

2.2.2. O conceito de despacho genérico 81

2.3. O controlo de contas e movimentos (medida de recolha de prova em tempo quase real) 82

2.4. A ordem de abstenção de execução de movimentos 83

2.4.1. Caracterização 83

2.4.2. A conexão de regimes 86

2.4.3. A finalidade comum do dever de abstenção 88

### 3. Avaliação das soluções 91

#### 3.1 O segredo bancário 91

#### 3.2 Medidas ou poderes especiais de investigação 93

#### 3.3 Aspetos críticos da solução 94

#### 3.4. Questões de procedimento 97

### 4. O segredo bancário e a “Lei do Cibercrime” – aspetos de regime 99

#### 4.1. A incoerência de regime 99

#### 4.2 A injunção para apresentar ou dar acesso a dados 100

## **O REGISTO DE VOZ E IMAGEM**

### **(Art. 6.º – Breves notas sobre uma norma “fortuita”)**

#### 1. Introdução 105

#### 2. O registo de voz 106

#### 3. O registo de imagem 108

#### 4. Obtenção de prova e sistemas de vigilância 109

#### 5. Os limites para a obtenção de registos 111